

Na França, duas etapas desde 1965

ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — As eleições presidenciais são disputadas em dois turnos na França desde 1965, por decisão da Constituição da Quinta República, que instituiu o sistema presidencialista. Desde então, o período entre o primeiro e o segundo turno caracteriza-se pela “desistência automática de votos”, acerto previamente negociado entre partidos que, na prática, se traduz por uma declaração pública e solene dos candidatos que não passaram do primeiro turno, solicitando a seus eleitores que votem, na segunda etapa, no candidato de mesma ideologia.

La consigne de voix (senha de votos) é uma tradição eleitoral francesa que não se limita às eleições presidenciais — ocorre em todos os pleitos. Ela é discutida durante a campanha eleitoral pelas cúpulas partidárias, tanto no momento da negociação de plataformas de governo — como foi o caso do Programa Comum das esquerdas, em 1978 —, quanto entre os dois turnos, se não tiver sido negociada antes.

Como o sistema político francês é dominado por quatro grandes partidos — dois de direita e dois de esquerda —, e os pequenos partidos contabilizam percentuais pouco significativos de sufrágios em pleitos nacionais, a transferência de votos é relativamente fácil. Os eleitores comunistas votam, no segundo turno, no candidato socialista, em geral mais bem classificado que o representante do Partido Comunista Francês (PCF). Entre os partidos de direita, acontece a mesma coisa: o candidato da Reunião pela República (RPR), neogaullista, tem reunido sempre os votos dos eleitores da União pela Democracia Francesa (UDF), de centro-direita.

É preciso sublinhar que a desistência automática de votos sempre foi eficiente e funcionou com rigor matemático porque os partidos franceses são fortes, bem estruturados e costumam se aliar a parceiros da mesma ideologia nas eleições de importância nacional, pois a experiência provou que a divisão é sempre causa de derrota.

O melhor exemplo foi a chamada União das Esquerdas, que se articulava em torno de um programa de governo e de um acordo de desistência de votos entre os dois turnos. O PCF e o Partido Socialista (PS) assinaram um texto que ficou famoso, o Programa Comum, depois de anos de negociação, pelo qual estabeleciam uma plataforma de 110 metas de governo e a desistência automática dos votos de cada partido a favor do candidato mais bem colocado do bloco da esquerda, no segundo turno. A União das Esquerdas permitiu que o Presidente François Mitterrand fosse eleito em 1981. Em 1988, apesar das divergências entre o PS e o PCF, que culminaram com a saída dos Ministros comunistas do Governo e o fim do Programa Comum, os eleitores comunistas continuaram a votar em Mitterrand no segundo turno.

Os acordos de desistência também foram favoráveis à direita, principalmente na eleição presidencial de 1975, quando os votantes do RPR, transferiam seus votos, no segundo turno, do candidato neogaullista Jacques Chirac para Giscard d'Estaing, da UDF, o vencedor do pleito.

Em todos os casos de desistência automática, a motivação foi ideológica, em primeiro lugar, e tática, em segundo, pois a regra da “união faz a força” nunca foi desmentida em eleições presidenciais pelo sistema proporcional em dois turnos, na França. Mas os quatro grandes partidos nunca admitiram, em suas negociações, a presença de extremistas, de direita ou de esquerda.